



ATA N.º 10/2026

DA 3.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2026
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 24 DE JUNHO DE 2026

-----No dia 24 de junho de 2026, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de junho de 2026 da mesma Assembleia, cuja a 1.ª Reunião se tinha realizado no dia 22 de junho de 2026 e a 2.ª Reunião se tinha realizado a 23 de junho de 2026 e que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de implementação da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse (DICI) na Assembleia Municipal;*
- PONTO 9 - *Apreciação do Relatório Municipal da Habitação de 2025;*
- PONTO 10 - *Apreciação dos documentos da Sessão Ordinária de abril de 2026 da Assembleia da Juventude, realizada em 24 de abril de 2026.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Paula Couto (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 36 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca
PS	José Manuel da Silva Jácome 2.º Secretário
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto Presidente
PS	Patrícia Filipe Fernandes da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos)
PS	Raquel de Jesus Roxo (Secretária da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Rita Sofia Marreiros de Meneses Toste
PS	Rui Manuel Imaginário Maurício (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Rute Alexandra Campos Domingos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 151v.

PS	Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo 1.ª Secretária
AD	Carlos Miguel dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
AD	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
AD	Maria João de Lacerda Caetano
AD	Nuno José Nobre Serol Bento Rocha
AD	Rui Filipe Machado de Araújo
AD	Vânia Alexandra Barbosa Henriques
CHEGA	Carlos Alberto dos Santos Carmelino
CHEGA	Diná Ester dos Reis Graça
CHEGA	Margarida Maurício Correia
CHEGA	Mário João da Luz Santos
CHEGA	Sandra Maria Francisco Marques de Carvalho Oliveira
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
CDU	Daniel Rodrigo Pinto José

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira	Reunião	Daniel Rodrigo Pinto José
PS	Eduardo Seabra Carmo Ribeiro	Reunião	Rute Alexandra Campos Domingos
AD	João Pedro Catarino Campos	Reunião	Vânia Alexandra Barbosa Henriques

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis – Vice-Presidente



PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho – Vereadora
PSD	Gilberto Repolho dos Reis Viegas – Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques – Vereador
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias – Vereador

-----**VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira – Presidente
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis – Vereador

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

-----**PONTO 8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSE (DICI) NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-712-9.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou quem era responsável pelo cumprimento das normas previstas no Código de Conduta e se existia algum relatório sobre o seu cumprimento. Questionou ainda se existia o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, mencionado no artigo 15.º do Código de Conduta.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho confirmou que o Código de Conduta tinha sido publicado em Diário da República, em 9 de janeiro de 2025, tendo entrado em vigor no dia seguinte, e que tinha sido divulgado aos trabalhadores aquando do processamento dos vencimentos de fevereiro. Informou que, até àquele momento, não tinham sido apresentadas quaisquer questões relativas ao Código de Conduta, nem tinham sido comunicadas irregularidades. Explicou que, até então, não tinha sido elaborado nenhum relatório sobre a aplicação do Código de Conduta. No entanto, tinha sido elaborado o relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativo a 2025, que também fazia parte do cumprimento normativo. Informou que este relatório tinha sido aprovado, em 12 de maio, por si, na qualidade de responsável pelo cumprimento normativo do Município, e posteriormente comunicado ao MENAC e divulgado por correio eletrónico a todos os trabalhadores, através de uma comunicação de serviço. Considerou, por isso, que todos os critérios definidos tinham sido cumpridos. Lembrou que este documento não tinha obrigatoriedade de ser submetido à Assembleia Municipal, mas que, caso fosse solicitado, o enviaria a este órgão.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou qual foi o relatório que foi aprovado em maio.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 152v.

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) lembrou que a Informação n.º 35254 referia a obrigação de subscrição do DICI pelos eleitos locais que desempenhavam funções em ambos os órgãos autárquicos, sempre que estivesse em causa a intervenção nas matérias previstas no n.º 2 do artigo 13.º, nomeadamente: contratação pública, subsídios, licenciamentos e procedimentos sancionatórios. Nesse sentido, questionou o que levava a Assembleia Municipal a aceitar esta obrigação, uma vez que não tomava decisões nestas matérias.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Paula Couto (PS), respondeu que esse procedimento já estava a ser utilizado na Assembleia Municipal sempre que existissem impedimentos nas votações. Explicou que a Câmara Municipal tinha criado um mecanismo para facilitar o registo dessas declarações, através da elaboração de uma relação onde constassem todas as manifestações de conflitos de interesses que, apesar de já constarem das atas, passariam também a ficar registadas nesse documento. Lembrou ainda que a proposta em discussão pretendia implementar na Assembleia Municipal um procedimento semelhante ao utilizado na Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis, explicou que este documento propunha que a Assembleia Municipal utilizasse o mesmo documento que a Câmara Municipal, em termos semelhantes.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho respondeu que o Código de Conduta dispunha de vários instrumentos, enumerando-os. Explicou ainda que não tinha sido elaborado qualquer relatório específico sobre a aplicação do Código de Conduta, ao contrário do que tinha acontecido com o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou se poderiam ter acesso a esse relatório.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho respondeu que bastava solicitá-lo como Membro da Assembleia Municipal.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) solicitou que lhe fosse enviado o relatório do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e lembrou que uma das funções do responsável pelo cumprimento normativo consistia em elaborar os relatórios anuais sobre a aplicação do Código de Conduta.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Oito da Ordem do Dia: **PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSE (DICI) NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 107/AM/2026:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, com 26 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Raquel Roxo, Rita Toste, Rui Maurício, Rute Domingos, Sofia Santos, Sónia Melo], AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Rui Araújo, Vânia Henriques], CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira], LCF [Ana Margarida Martins] e CDU [Daniel José]), implementar a Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse (DIGI) na Assembleia Municipal à semelhança da Câmara Municipal,



conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada a 17 de junho de 2026.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) lembrou que o Grupo Municipal do CHEGA, em 2025, já tinha apresentado uma proposta para a criação de um gabinete de auditoria e anticorrupção, a qual tinha sido rejeitada pelo Grupo Municipal do PS e abstenção do Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) lembrou que foi solicitado o envio para todos os Membros da Assembleia Municipal a resposta do Sr. Secretário de Estado e a cópia do contrato de transferência de competências com a Docapesca.-----

-----**PONTO 9 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE 2025:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-712-10.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho lembrou que este relatório não era um documento isolado, inserindo-se na sequência de um conjunto de informações e no trabalho desenvolvido ao longo dos anos. Referiu que este trabalho era suportado pela Estratégia Local de Habitação, bem como pela Carta Municipal da Habitação, e por um conjunto de diversos instrumentos estatísticos que permitiam compreender, com rigor, a realidade habitacional do Concelho.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) lembrou que o preço do metro quadrado estava nos 4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros), sendo dos valores mais elevados do país, como é que um jovem conseguiria adquirir casa com a média dos salários praticados no Concelho. Lamentou ainda que para se arrendar uma casa de oitenta metros quadrados custa 1.248 € (mil, duzentos e quarenta e oito euros) e com cem metros quadrados custa 1.560 € (mil quinhentos e sessenta euros) e questionou quantos agregados conseguiam suportar estes preços sem sobrecarregar excessivamente o seu orçamento familiar.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) referiu que o problema da habitação se prendia com a política de baixos salários e de precariedade laboral que estava em curso no país. Questionou como é que um jovem que pretendesse sair da casa dos pais o poderia fazer se a maioria, atualmente, tinha contratos a termo ou se encontrava em estágio. Lembrou que, não havendo estabilidade no trabalho, também não poderia haver estabilidade na vida e que, por esse motivo, nenhum banco aprovava créditos à habitação a quem tivesse baixos salários ou vivesse numa situação de precariedade laboral. Acrescentou que, perante esta realidade, os jovens eram empurrados para um mercado de arrendamento com rendas muito elevadas e, não tendo alternativa, eram obrigados a permanecer na casa dos pais, fazendo com que o sonho de adquirir habitação própria ficasse cada vez mais distante. Lembrou ainda que o artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa estabelece que compete ao Estado garantir o direito à habitação e que, caso o Governo se demitisse dessas funções constitucionais, abrir-se-ia espaço à especulação imobiliária ou à transferência dessas responsabilidades para os municípios, sem o correspondente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 153v.

envio das verbas necessárias ao seu financiamento. Concluiu, lembrando que, apesar de o Município ter o dever de proteger os lacobrigenses, competia ao Governo da República assegurar o direito à habitação.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) referiu que o relatório caracterizava exaustivamente os requerentes, indicando que 63% se encontravam empregados e que cerca de 46% auferiam o Salário Mínimo Nacional. No entanto, salientou que esses dados não eram cruzados com a média dos preços praticados no mercado da habitação. Nesse sentido, questionou qual era a taxa de esforço média estimada para os 632 agregados familiares em situação de carência habitacional.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho referiu que todas as intervenções expuseram os problemas existentes ao nível da habitação, os quais tinham sido identificados através da Estratégia Local de Habitação e da Carta Municipal da Habitação. Lembrou que o direito à habitação deve ser assegurado pelo Estado que, por sua vez, delega competências nos municípios por estes terem um melhor conhecimento do seu território e conseguirem encontrar soluções mais adequadas. No entanto, salientou que o Estado tinha de disponibilizar os meios necessários para que os municípios pudessem concretizar essas soluções, bem como criar medidas que promovessem a habitação a custos acessíveis, exemplificando. Explicou que a carga burocrática era tão elevada que tornava muito difícil a criação de cooperativas de habitação. Informou que, ao cruzar os resultados deste relatório com os do relatório sobre o mercado imobiliário, verificava-se que os valores de aquisição e de arrendamento continuavam muito elevados, ultrapassando, em muitos casos, a capacidade financeira das famílias. Considerou que esta realidade reforçava a importância das políticas públicas de habitação, através da disponibilização de habitação pública, quer em regime de arrendamento, quer através de outras modalidades de acesso à habitação. Lamentou que o mercado privado evoluísse mais rapidamente do que o setor público, devido à excessiva burocracia. Referiu que a procura de habitação continuava a ser muito superior à oferta e lembrou que a responsabilidade por esta situação não cabia exclusivamente à Câmara Municipal. Enumerou as várias fases necessárias para a concretização de empreendimentos habitacionais e recordou que a própria Secretária de Estado reconheceu que a carga burocrática era excessiva. Explicou que as exigências impostas aos municípios acabavam por representar uma perda de tempo que não acompanhava a evolução do mercado habitacional e, por esse motivo, considerou necessário que o Estado adotasse medidas que permitissem agilizar os processos. Concluiu afirmando que o Governo tinha conhecimento de que vários concursos públicos ficavam desertos e do aumento dos custos de construção relativamente aos valores inicialmente previstos no PRR, mas que, segundo a Sra. Secretária de Estado, os mecanismos de financiamento iriam ser revistos.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse ter consciência de que a habitação era um problema transversal e que afetava, em particular, as novas gerações. No entanto, relativamente à conservação do parque habitacional municipal, referiu que, dos 330 pedidos de obras registados, apenas 20% tinham sido concluídos, encontrando-se os restantes 80% em fase de avaliação ou de execução. Nesse



sentido, questionou qual era o prazo médio de resposta aos pedidos e quais as medidas previstas para reforçar a capacidade operacional de resposta, conforme recomendado no relatório. Acrescentou que, no Bairro Operário e no Chinicato, não constavam pedidos de obras, questionando se tal refletia o bom estado de conservação desses empreendimentos ou se, pelo contrário, não existia um canal de reporte adequado para os respetivos moradores.-----

-----A Sra. Filomena Sena (AD) questionou qual era o número de inscrições para habitação social, quantas pessoas se encontravam em situação de sem-abrigo e qual era o número de candidaturas apresentadas ao regime de arrendamento apoiado.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho respondeu que o número de inscrições para habitação social correspondia, na prática, ao número de candidaturas, que rondava as 1.200. Relativamente ao número de pessoas em situação de sem-abrigo, esclareceu que nem todas se encontravam sem teto, ascendendo o total a cerca de uma centena de pessoas. Quanto à conservação do parque habitacional municipal, respondeu que o prazo médio de resposta era demasiado longo devido às empreitadas em curso, mas que estavam a analisar medidas que permitissem agilizar esse processo.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) constatou que comprar casa em Lagos não era tarefa fácil, comparativamente com outros concelhos. Considerou que este documento se preocupava apenas com a procura de habitação, ignorando o fator económico. Alertou que a taxa de esforço no concelho se situava nos 150%, ou seja, o rendimento das famílias era insuficiente para adquirir um metro quadrado de habitação, dando exemplos do mercado imobiliário. Salientou ser importante identificar as famílias que suportavam um elevado esforço financeiro com a habitação. Lembrou que o executivo se tem preocupado apenas com o lado da oferta, esquecendo a elevada procura. Referiu que o Município deveria ter criado as Zonas de Pressão Urbanística (ZPU), uma vez que estas facilitam a reabilitação urbana, a construção para arrendamento acessível e a venda de habitação a custos controlados. Acrescentou que ficaram por cumprir várias promessas do executivo municipal socialista, nomeadamente a criação do Observatório do Programa Habitacional, no âmbito do qual estava prevista a construção de 195 fogos. Enumerou ainda as medidas previstas para esse observatório e para a Carta Municipal da Habitação. Relativamente ao alojamento local, lembrou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, durante o Seminário sobre a Habitação, afirmou que ninguém pretendia acabar com o alojamento local. Referiu que, na sua opinião, deveriam ser seguidos os bons exemplos, promovendo um modelo de alojamento local responsável, cuja expansão deveria ser contida, sobretudo nas zonas extraurbanas, uma vez que contribui para o aumento dos preços da habitação e prejudica quem procura casa para residir. Acrescentou que o executivo decidiu não cumprir as promessas assumidas, procurando suavizar a questão do alojamento local. Informou ainda que o Município, em 2022, submeteu uma candidatura ao PRR, que ficou incluída entre as primeiras 26 000 candidaturas. Lembrou que, posteriormente, uma Resolução do Conselho de Ministros aumentou esse limite em mais 10 000 candidaturas, mas o Município não conseguiu apresentar novas



F1. 154v.

candidaturas. Acrescentou que, quando o Município afirmava que a responsabilidade era do Estado, esquecia-se de que a cláusula quarta estabelecia que tinha de existir dotação orçamental, ou seja, o financiamento não estava garantido. Perante essa situação, referiu que o Governo procurou financiamento junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), conseguindo assegurar verbas para 12 000 candidaturas, sendo evidente que as candidaturas submetidas mais cedo seriam as primeiras a beneficiar desse financiamento.-----

-----Durante esta intervenção foram apresentados os seguintes diapositivos:

[illegible][illegible][illegible]

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) voltou a questionar se a ausência de pedidos de intervenção no Bairro Operário e no Chinicato se devia ao bom estado de conservação dos imóveis. Relativamente ao apoio ao arrendamento privado, informou que tinham sido arquivados 127 pedidos por falta de documentação e questionou se existia algum mecanismo de acompanhamento ou apoio técnico que permitisse a esses agregados familiares reunir a documentação exigida, evitando que ficassem em situação de vulnerabilidade por motivos meramente processuais.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) lembrou que, na segunda reunião desta Sessão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal defendeu que uma determinada obra avançaria, mesmo que tivesse de ser integralmente suportada por fundos próprios. Em contrapartida, referiu existir outro caso, visível na principal avenida da cidade, que iria seguir para tribunal. Disse não compreender esta dualidade de critérios e lembrou que há opções e há obrigações. Salientou que a manutenção do parque habitacional constituía uma obrigação do Município, por ser proprietário desses edifícios, competindo-lhe assegurar a sua conservação e fiscalizar, quando aplicável, os particulares, obrigando-os à realização das obras necessárias. Destacou ainda que 330 dos 415 fogos municipais, ou seja, cerca de 79%, necessitavam de obras, considerando tratar-se de um número muito elevado.-----

-----Durante esta intervenção foram apresentados os seguintes diapositivos:

[illegible]



Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização	Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização	Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização Resumo Realização
--	--	--

-----A Sra. Maria João Batista (PS) lembrou que o problema da habitação constituía o maior desafio social, económico e geracional, sendo transversal a todo o país. Referiu que o Município se tem substituído ao Governo, recorrendo a diversas fontes de financiamento e que, apesar das dificuldades e da demora na obtenção de respostas, nunca baixou os braços. Relativamente a este relatório, afirmou que o Grupo Municipal do PS reconhecia um elevado sentido de responsabilidade por parte do Município, considerando que este estava a enfrentar uma grave crise habitacional, alimentada pela pressão do mercado imobiliário e turístico no Algarve, sem nunca vacilar. Lembrou que tinha sido realizado um investimento de 100.000,00 € (cem mil euros) no apoio direto ao arrendamento privado, permitindo apoiar 118 famílias com um elevado esforço financeiro. Informou ainda que tinham sido reabilitados cerca de 105 fogos do parque habitacional municipal e que se tinha avançado com a construção de novas habitações ao abrigo da Estratégia Local de Habitação. Referiu que tinha sido implementado o Regulamento do Arrendamento Acessível, criando soluções concretas para a classe média e para os jovens trabalhadores que sustentam a economia lacobrigense. Saudou a coragem da Câmara Municipal por antecipar soluções estruturais, através de decisões estratégicas tomadas em dois momentos que considerou fundamentais. Numa primeira fase, destacou a aquisição de terrenos, que, segundo afirmou, apenas contou com o voto contra do Grupo Municipal do CHEGA, congratulando esse grupo por, atualmente, assumir uma posição diferente. Numa segunda fase, referiu o financiamento de 25.000.000,00 € (vinte e cinco milhões de euros) destinado à construção de habitação, que, segundo afirmou, contou com a abstenção dos Grupos Municipais do PSD e do CHEGA e com um voto contra do PSD. Lamentou que a oposição se dividisse entre abstenções e votos contra, preferindo, na sua opinião, ver as obras paradas em vez de reconhecer que a Câmara Municipal estava a resolver problemas que o Estado Central deixava arrastar. Explicou que existia planeamento e que as obras dos grandes empreendimentos habitacionais já se encontravam no terreno, enumerando-os. Concluiu afirmando que acreditava que o executivo estava a implementar uma política de habitação autónoma, robusta e centrada na proteção dos lacobrigenses. Congratulou o Município pela forma como estava a gerir a crise habitacional e terminou afirmando que era necessário continuar a fazer mais e melhor.

-----O Sr. Carlos Carmelino (CHEGA) lembrou que, em 2022, o Grupo Municipal do CHEGA apresentou uma proposta para que fosse realizado um estudo com vista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 155v.

à identificação e avaliação de possíveis áreas de contenção. Referiu que essa proposta foi rejeitada pelos Grupos Municipais do PS e do PSD e, tendo em conta que a habitação constitui um dos maiores problemas do concelho, questionou se o executivo continuava a considerar acertada a rejeição dessa proposta face à realidade atual.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho respondeu que o Município gostaria de ter mais habitações concluídas e que a sua preocupação era ir mais longe do que os objetivos definidos pelo PRR. Lembrou que as famílias não viviam de anúncios, mas sim do trabalho efetivo necessário para concretizar a construção de habitação, explicando as várias fases do processo. Lamentou que a avaliação do trabalho desenvolvido fosse feita apenas com base no número de habitações já atribuídas. Recordou as palavras da Sra. Secretária de Estado da Habitação, segundo as quais, face às regras atualmente em vigor, não é possível construir habitação suficiente durante um único mandato. Lamentou que, dos 46.000.000,00 € (quarenta e seis milhões de euros) contratualizados com o IHRU, apenas 6.000.000,00 € (seis milhões de euros) tivessem sido libertados. Considerou, contudo, que esta situação demonstrava a capacidade de endividamento do Município, bem como a sua capacidade para se autofinanciar. Reforçou que todos gostariam de ter mais habitações construídas e considerou desonesto ignorar o contexto que se verifica a nível nacional. Explicou que não era possível planear de forma a responder a todas as necessidades habitacionais do concelho, sendo, por isso, fundamental continuar a implementar medidas concretas no terreno. Frisou que Lagos continuava a planear, a investir, a captar financiamento e a apoiar as famílias. Referiu que a verdadeira questão era saber se o Município tinha feito tudo o que estava ao seu alcance para construir mais habitação e afirmou que, analisando todos os documentos produzidos, a resposta era afirmativa. Garantiu ainda que o Município iria continuar a desenvolver projetos nos terrenos adquiridos, quer para habitação a custos controlados, quer para arrendamento acessível.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) esclareceu que, em 2024, aquando da votação da aquisição dos terrenos nas Calças, o Grupo Municipal do CHEGA votou contra por considerar que o processo se encontrava mal instruído. Acrescentou que, posteriormente, o Tribunal de Contas veio suscitar as mesmas questões levantadas por este Grupo Municipal. Nessa sequência, questionou se o Tribunal de Contas também era considerado irresponsável e negligente, como o Grupo Municipal do CHEGA tinha sido acusado de ser. Lembrou ainda que o sentido de voto foi devidamente fundamentado nas intervenções do Grupo Municipal e na respetiva Declaração de Voto.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) respondeu que se limitou a constatar um facto e que, embora o Grupo Municipal do CHEGA demonstrasse atualmente uma posição diferente e uma maior preocupação com a habitação, essa circunstância não alterava a realidade de ter votado contra a aquisição dos terrenos nas Calças.-----

-----O Sr. 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, José Jácome (PS), lembrou que o problema dos preços do arrendamento não era novo e que, desde há muito, as rendas representavam um encargo superior ao valor de um ordenado.



Referiu que a maioria das casas devolutas e desocupadas se encontravam nas aldeias, onde residiam apenas alguns habitantes. Lembrou que, antigamente, as casas de família iam sendo transmitidas de geração em geração, ao contrário do que acontece atualmente, em que muitos proprietários das gerações mais antigas venderam os imóveis a cidadãos estrangeiros ou os converteram em alojamento local, reduzindo o número de habitações disponíveis para serem herdadas. Acrescentou ainda que, embora na linguagem corrente se utilize a expressão «a minha casa», na realidade muitas habitações pertencem aos bancos enquanto os respetivos créditos à habitação não forem integralmente liquidados.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) sugeriu que, sempre que, no âmbito de uma declaração política, fossem mencionados sentidos de voto e existissem Declarações de Voto relativas a deliberações de anos anteriores, fizesse sentido proceder à leitura das respetivas Declarações de Voto para se perceber o porquê desse sentido de voto.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) referiu que a Câmara Municipal apostava na construção de habitação de segmento elevado, devido à receita gerada pelo IMT. Considerou que, embora esse imposto fosse importante para as contas do Município, não contribuía para resolver o problema dos custos da habitação e levava muitos jovens e trabalhadores a fixarem residência noutros concelhos.-----

-----O Sr. Mário Santos (CHEGA) deu um exemplo da sua vida pessoal que partilha com a sua família e chegavam a estar nove pessoas a habitar num T3.-----

-----**PONTO 10 - APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2026 DA ASSEMBLEIA DA JUVENTUDE, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-712-13.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) referiu que a ideia de envolver os jovens em pequenas atividades profissionais ou de voluntariado, de curta duração, poderia constituir uma ramificação do projeto Viver o Verão, uma vez que já eram contratados jovens, durante o período das férias, para desempenharem funções de monitores. Acrescentou que estes poderiam, inclusivamente, prestar apoio no Museu de Lagos. Referiu ainda que a preocupação manifestada pelos jovens relativamente aos espaços verdes e aos autocarros elétricos era partilhada pelo Grupo Municipal da AD e considerou que demonstravam uma maior consciência ambiental do que o executivo municipal.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis, agradeceu a todos os envolvidos na Assembleia da Juventude e reconheceu o trabalho desenvolvido, independentemente da sua filiação política. Referiu que era importante que os decisores políticos compreendessem as sensibilidades e as preocupações dos mais jovens. Considerou que tinha sido um trabalho muito produtivo e afirmou que esta tinha sido, na sua opinião, a melhor edição da Assembleia da Juventude. Acrescentou que os três temas debatidos nesta sessão permitiram explorar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 156v.

diferentes perspetivas e promover a troca de ideias, tendo sido possível explicar várias das intervenções em curso. Concluiu manifestando o desejo de que os participantes fossem também transmissores da informação e dos esclarecimentos prestados durante a reunião.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Dez da Ordem do Dia:
APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2026 DA ASSEMBLEIA DA JUVENTUDE, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2026.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 108/AM/2026:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 26 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, José Jácome, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Raquel Roxo, Rita Toste, Rui Maurício, Rute Domingos, Sofia Santos, Sónia Melo], AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Rui Araújo, Vânia Henriques], CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira], LCF [Ana Margarida Martins] e CDU [Daniel José]), a seguinte Moção apresentada pela Comissão Permanente: “A Assembleia Municipal apreciou os documentos apresentados na Sessão Ordinária de abril de 2026 da Assembleia da Juventude, realizada em 24 de abril de 2026, congratulando-se com as apresentações e intervenções das Bancadas, as quais evidenciam a participação cívica, o espírito crítico e o envolvimento dos jovens na vida da comunidade. Delibera, ainda, que os documentos apresentados na referida Sessão da Assembleia da Juventude sejam remetidos à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, para conhecimento e os efeitos tidos por convenientes.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por voto eletrónico.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão eram 22 horas e 04 minutos, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente Sra. Maria Paula Dias da Silva Couto.-----

.....
.....